

Relatório Anual do Projeto de Educação Ambiental NEA-BC

*Processo
nº 02022.000468/2015-66
COPROD/CGMAC/DILIC*

Março 2023

INTRODUÇÃO

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2022 referentes à implementação do projeto NEA-BC, que atende às condicionantes específicas das Licenças de Operação estabelecidas pelo Ibama dos empreendimentos conforme o ANEXO I.

1 – Nome do programa

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC).

2 – Número da região

O projeto NEA-BC é desenvolvido por meio de metodologias participativas junto às comunidades da área de influência da Petrobras em 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, na Região 05.

3 – Nome do projeto

Projeto de Educação Ambiental Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC).

4 – Estados envolvidos e nomes dos municípios contemplados

A área de abrangência do projeto NEA-BC corresponde às localidades inseridas em 13 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Saquarema, estado do Rio de Janeiro, na região da Bacia de Campos e Santos.

5 – Recorte espacial com detalhamento e identificação de todas as localidades e comunidades

Quadro 1: Localidade e comunidades

Núcleos	Bairros/comunidades
Araruama	Centro, Iguabinha, Praia Seca, Morro Grande e São Vicente.
Armação dos Búzios	Rasa, Cem Braças, Geribá, Manguinhos, Maria Joaquina e Brava

Arraial do Cabo	Prainha, Monte Alto, Parque das Gaivotas, Praia dos Anjos, Figueira, Sabiá e Caiçara.
Cabo Frio	Unamar, Jardim Esperança, Monte Alegre, Boca do Mato, Centro, Vila Nova, Jardim Caiçara, São Cristóvão, Botafogo, Maria Romana, Maria Joaquina, Espírito Santo e Preto Forro, Praia do Siqueira, Gamboa, Tamoios, Ponta do Ambrósio e Passagem.
Campos dos Goytacazes	Farol de São Tomé (Farolzinho, Xexé, Vila do Sol, Centro, Rádio Velho, Vila dos Pescadores e Lagamar), Baixa Grande, Goitacazes e Jóquei.
Carapebus	Ubás, Fundão, Centro, Morro do Oscar Brito, Praça Cordeiro, Assentamento João Batista Soares, Imbiú, Morrinhos, Botafoguinho, Sapecado e Córrego Grande
Casimiro de Abreu	Distrito Barra de São João: Peixe Dourado, Peixe Dourado 2, Vila Nova, Nova Barra, Centro e Bairro São João (Arroz)
Macaé	Lagomar, Parque Aeroporto, Fronteira, Miramar, Granja dos Cavaleiros, Nova Macaé, Frade, Glicério, Nova Holanda, Barreto, Centro, Visconde de Araújo, Aroeira e Imbetiba.
Quissamã	Santa Catarina, Sítio Quissamã, Alto Alegre, Matias, Centro, Barra do Furado, Machadinha, Caxias e Piteiras.
Rio das Ostras	Centro, Boca da Barra, Liberdade, Guaiamum, Jardim Mariléia, Ouro Verde, Terra Firme, Village, Atlântico, Âncora, Enseada das Gaivotas, Recanto, Extensão do Bosque, Cidade Beira Mar, Recreio, Nova Cidade e Cidade Praiana.
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana, Travessão de Barra, Praça João Pessoa, Boa Sorte, Coréia, Guaxindiba, Sossego, Santa Clara, Gargaú, Centro, Imburi de Campos, Volta Redonda, Nova Belém, Lagoa Feia, Barrinha e Deserto Feliz.
São João da Barra	Atafona, Centro, Grussaí, Cajueiro, Açú, Mato Escuro, Água Preta, Bajuru, Sabonete, Palacete, Alto do Cardeiro – Azeitona, Quixaba, Capela de São Pedro, Pipeiras, Vila da Terra e Barcelos
Saquarema	Bacaxá, Porto da Roça, Madressilva, Bicuíba, Jaconé, Retiro, Gravatá, Vila, Barra Nova e Serra do Mato Grosso.

6 – Relação cronológica dos eventos realizados

Seguem na tabela abaixo as principais atividades realizadas na região. Todas essas estão detalhadas no Anexo II – Planilha de Atividades.

Quadro 2: Municípios e principais atividades desenvolvidas entre jan.a dez/22.

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ATIVIDADES
Araruama	<ul style="list-style-type: none">- Participação na audiência pública do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 e apresentação de propostas.- Visita técnica à Estação de Tratamento de Esgoto Ecológica Ponte dos Leites para compreender os benefícios da implementação da ETE na região.
Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none">- Participação na audiência pública da Lei Orçamentária Anual de 2023, com solicitação de dotações orçamentárias que possibilitem o

	<p>cumprimento do Plano de Ação Anual de Meio Ambiente 2023, aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente em cumprimento à Lei Nº701/2009.</p> <p>- Formação aberta à comunidade com a realização de seminário de Revisão do Plano Diretor - Qual caminho devemos seguir? com a finalidade de compartilhar com os participantes conhecimentos relacionados ao Plano Diretor e seu processo de revisão.</p>
Arraial do Cabo	<p>- Participação na reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico do Conselho Municipal de Meio Ambiente para tratar da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.</p> <p>- Participação nas audiências de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo.</p>
Cabo Frio	<p>- Formação aberta à comunidade, através de Roda de Conversa Juventude e Participação Social, a fim de fomentar a participação social a partir do fortalecimento do Conselho Municipal de Juventude de Cabo Frio.</p> <p>- Participação no Conselho do Plano Diretor com a finalidade de adquirir informações sobre a revisão do documento.</p>
Campos dos Goytacazes	<p>- Participação no Fórum Norte Fluminense: governos e desenvolvimento urbano a fim de ampliar e trocar conhecimento acerca dos temas debatidos no evento.</p> <p>- Reuniões com o poder público para diálogo com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, a fim de tratar do retorno da Comissão Especial do Orçamento Participativo e apresentar as propostas do GGL para a Lei Orçamentária Anual 2023 e com a Secretaria de Transparência e Controle para tratar da revisão da Lei de Perímetros Urbanos e Distritalização de Farol de São Tomé.</p>
Carapebus	<p>- Formação aberta à comunidade com a realização do Cine Foco e Ação para debater temas correlatos ao uso e ocupação do solo.</p> <p>- Participação de acompanhamento da sessão de votação da Lei Orçamentária Anual de 2023, com análise de propostas à peça.</p>
Casimiro de Abreu	<p>- Participação na audiência pública da Lei Orçamentária Anual de 2023 com apresentação de propostas de políticas públicas de saneamento básico.</p> <p>- Formação aberta à comunidade com a realização do cinedebate sobre saneamento básico do município.</p>
Macaé	<p>- Realização de diálogo com o poder público para solicitar esclarecimentos sobre a gestão do Fundo Ambiental de Macaé (FUNDAM).</p> <p>- Participação no seminário: "Sistema de outorga: do licenciamento à cobrança", com o objetivo de conhecer a organização e o desenvolvimento do mesmo.</p>
Quissamã	<p>- Participação na audiência pública sobre a revisão do Plano Diretor, a fim de exercer o controle social e acompanhar a sua revisão. O GGL identificou e indicou alterações no documento.</p> <p>- Diálogo com o poder público, na figura do secretário Municipal de Transporte para conhecer a estrutura e forma de atuação da Secretaria de Transporte e apresentar propostas de melhorias para o transporte público municipal.</p>

Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none">- Representação na Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a fim de redigir o documento.- Participação na reunião pública com representantes da empresa Rio + Saneamento, com análise do contrato de prestação de serviços de abastecimento de água na cidade de Rio das Ostras.
São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none">- Diálogo com o poder público requerendo informações sobre o estudo realizado para a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana e apresentação de propostas relacionadas a esta política.- Realização de formação aberta à comunidade por meio de cinedebate sobre a possível instalação de novos empreendimentos econômicos no município de São Francisco de Itabapoana.
São João da Barra	<ul style="list-style-type: none">- Formação para os membros dos Grupos Gestores Locais, por meio de oficina de fotografia, com o objetivo de retratar a realidade local e otimizar a comunicação.- Participação na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023, na qual foram aprovadas 19 propostas do projeto.
Saquarema	<ul style="list-style-type: none">- Representações no Conselho Municipal da Cidade - CONCID para revisão e debate das legislações: Plano Diretor, Lei de Zoneamento Urbano, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Política de Mobilidade Urbana.- Realização de encontro educativo na Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC sobre participação social, controle social, educação ambiental e políticas públicas.
Comissões Regionais	<ul style="list-style-type: none">- Representação no Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas - ECOB 2022- Participação no 1º Fórum de Juventude pelas Águas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos Lagos São João - CBHLSJ, a fim de contribuir e fortalecer o papel da juventude pela política de águas.

7 - Análise sucinta sobre o desenvolvimento do projeto NEA-BC

Este relatório mostra a análise de resultados obtidos pelo projeto em sua IV Fase no período entre janeiro e dezembro de 2022. Importante ressaltar que a partir de abril deste ano, as atividades voltaram a ser realizadas na modalidade presencial, o que gerou impacto sobre sua realização, bem como nos resultados do projeto, como será detalhado a seguir.

O projeto ancora-se em quatro objetivos específicos, conforme descrição abaixo:

1. Fortalecer a organização interna da Associação Raízes: **resultado 1** - Capacidade de gerir atividades formativas com as comunidades de forma transparente;

2. Fortalecer os Núcleos Operacionais (NOs) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade: **resultado 2** - Núcleos Operacionais com capacidade para atender as demandas dos Grupos Gestores Locais em relação a atividades formativas e pesquisas;
3. Construir e disseminar conhecimento sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural a fim de fortalecer ações de participação comunitária na gestão socioespacial: **resultado 3** – Grupos Gestores Locais capacitados em relação aos impactos da cadeia do petróleo na dinâmica socioespacial;
4. Participar da gestão ambiental por meio do diálogo e acompanhamento na formulação e fiscalização junto ao poder público das políticas públicas que promovam equidade sobre as questões socioespaciais: **resultado 4** – Participação em espaços de controle social e alteração de políticas públicas junto ao poder público.

Com relação ao **objetivo 1**, as atividades corresponderam à organização do projeto e ao fortalecimento da Associação Raízes, principalmente a partir do retorno à modalidade presencial, com orientações para equipe e comunitários, respeitando as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessa forma, foi elaborado um Manual de Retorno às atividades presenciais, orientações às equipes, para que essas pudessem organizar a infraestrutura e materiais necessários para o funcionamento seguro da sede e das filiais e orientações aos sujeitos da ação educativa, a fim de que pudessem se proteger, assim como aos demais.

A Associação inscreveu-se e foi selecionada para participar do 16º Prêmio Melhores Práticas de Participação Cidadã, concedido pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) para reconhecer as políticas públicas implementadas pelos governos locais. A ação de incidência em mobilidade urbana no município de Quissamã – RJ foi selecionada e disputou com outras 120 ações de todo mundo que contribuem para democratizar a participação comunitária. Ainda que não tenha sido selecionada entre os cinco

melhores projetos, a Associação e o projeto NEA-BC, bem como suas ações de incidência ganharam visibilidade nacional e internacional.

No que se refere à transparência da instituição, a postagem da prestação de contas tem frequência mensal, tanto no site da Associação quanto nos murais expostos em cada Núcleo Operacional (NO). Esse último passou a ser disponibilizado em abril, devido à abertura do Núcleo após o período de distanciamento social. O relatório anual de atividades, numa versão resumida para facilitar a análise dos resultados por parte dos participantes do projeto e da sociedade, também está disponível no site.

A Associação implementa um processo contínuo de monitoramento e avaliação de suas atividades com debates, análises e planejamento, assim como promove a capacitação de sua equipe em temas referentes ao projeto, por meio dos encontros trimestrais. As capacitações ocorreram em quatro encontros onde abordou-se os seguintes temas: pesquisa aplicada ao monitoramento da aplicação das legislações socioespaciais, divididos por: questão-problema, objetivo e metodologia (coleta, tabulação, análise e divulgação de dados); integração, orientação de retorno às atividades presenciais, análise e direcionamento sobre o modelo de gestão e formação sobre os impactos da indústria do petróleo sobre o uso e ocupação do solo nos municípios da Bacia de Campos; monitoramento e planejamento das atividades; capacitação da equipe quanto ao dossiê de incidência política e planejamento estratégico das ações da próxima fase do projeto.

O processo formativo aconteceu ainda em outras ocasiões, com o encontro para abordar o monitoramento do orçamento público realizado pela equipe/comunitários do projeto, no qual deliberou-se por divulgação semestral, reuniões de alinhamento e planejamento do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças - Pró-Lideranças IV.

Acerca da publicização de informações, além de manter a transparência sobre a gestão de pessoas e recrutamento profissional, a Associação criou uma estratégia de divulgação de atividades correlatas ao projeto, com o Divulga NEA-BC. Assim, foram realizadas 16 postagens nas redes sociais da Associação

Raízes, das quais cinco delas com editais de recrutamento de profissionais para os cargos de comunicador social, assistente de mobilização e logística para os municípios de Armação dos Búzios e Saquarema, Jovem Aprendiz e bolsistas para os municípios de Araruama, Búzios, Cabo Frio, Campos, Carapebus e São João da Barra. Além disto, foram publicizadas a abertura do Ciclo 2022 do ICMS Ecológico do Estado do Rio de Janeiro, a prorrogação de edital de convocação para seleção de propostas e coleta de preços nº13/2021 destinado à contratação de empresa para monitoramento da qualidade da água dos corpos hídricos da Região Hidrográfica VI - RH VI e a *live* do Territórios do Petróleo sobre o uso de rendas petrolíferas na mobilidade urbana, acessibilidade e segurança pública em Quissamã. As demais divulgações foram duas notícias sobre o Prêmio "Melhores Práticas de Participação Cidadã", a primeira delas informando o pleito e pedindo à comunidade para participar, e a segunda com um tutorial de como participar do prêmio e contribuir com a seleção da Associação. Por fim, divulgou-se notícias sobre o encontro trimestral, planejamento da V Fase, nota de pesar pelo falecimento da GGL de Araruama, Genelice Ferreira, e a notícia redigida pelos bolsistas, para tratar das suas realidades.

O processo de fortalecimento da Associação, por meio da capacitação dos associados, elaboração dos documentos referentes à gestão (Código de Ética, Manual de Comunicação e Manual para Produção de Eventos) estão em fase de planejamento, assim como a ida dos associados aos Núcleos para formação e avaliação, todos previstos para o ano IV. Ainda com esse propósito, no ano em questão, a Associação reuniu sua equipe para analisar e revisar os procedimentos de trabalho, adequando-os às realidades locais e aquelas advindas do período pandêmico e pós-pandêmico. A instituição contribuiu com o Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais - PARMIS, cujo objetivo é auxiliar, por meio de fundamentação teórica e metodológica, com a consolidação do Plano Macro, proposto pelo Ibama. No ano II, a equipe preencheu um questionário referente a todas as atividades do projeto, desde a sua concepção até julho de 2021. No período atual, foi finalizado o preenchimento desse mesmo ano. A equipe teve acesso ainda aos resultados

prévios computados no PARMIS e pôde debater, tirar dúvidas e propor inserções que coadunam com a proposta em questão.

No que tange à realização do diagnóstico acerca dos impactos da indústria do petróleo e gás sobre as questões socioespaciais, foi concluído o levantamento dos impactos nos Relatórios de Impacto Ambiental-RIMA dos empreendimentos da Petrobras e tabulados em Excel, por município, e estão em processo a revisão de literatura e a coleta dos dados secundários nas bases oficiais. A coleta de dados primários foi iniciada com a elaboração de questionário e quadro de indicadores. O levantamento desses dados será realizado pelos bolsistas do projeto NEA-BC e por bolsistas externos, contratados mediante convênio junto ao Instituto Federal Fluminense (processo ainda em andamento). Ao todo, espera-se aplicar aproximadamente 5.000 questionários nos 13 municípios de abrangência do projeto, com o objetivo de conhecer os impactos socioambientais sobre o uso do solo identificados pela população, considerando o ordenamento urbano, a utilização do espaço e a infraestrutura urbana. Para aplicação do instrumento, foi considerado o erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%, estipulados a partir do tamanho da população.

Os bolsistas-estagiários passaram por 34 atividades formativas, desde reuniões de alinhamento, grupos de estudo, oficinas e grupos de trabalho acerca do conceito de política, políticas públicas, participação e controle social, cartografia, comunicação, orçamento público e principalmente sobre os impactos da indústria de petróleo e gás ligados às questões socioespaciais, mediante leituras de artigos científicos, livros e análise de base de dados. Para sua execução, os bolsistas realizaram cinco reuniões de alinhamento, nove oficinas, quatro grupos de trabalho, 14 grupos de estudos e uma reunião de planejamento. Dentro do escopo de trabalho, mantiveram as ações de análise dos Diários Oficiais municipais, monitoramento do orçamento público, produção de relatórios e devolutivas nas reuniões de GGL sobre suas atividades.

Para planejar a V Fase do projeto NEA-BC (2024 a 2028), foram realizadas atividades que contaram com a participação de todas as comunidades

envolvidas no projeto (associados, GGLs e membros da equipe). Dividida em duas etapas, as oficinas de planejamento destinaram-se à elaboração do projeto geral e dos projetos locais, que por meio de oficinas em todos os Núcleos Operacionais, realizaram a definição das metas físicas dos planos de trabalho. Além dos encontros com os comunitários, a equipe contribuiu com o planejamento das atividades, primeiro com a análise da gestão financeira de cada Núcleo e em seguida, com as demandas coletivas, tanto por área (educação, administrativo-financeiro, comunicação e monitoramento e avaliação) quanto por categoria (educadores sociais, assistentes de mobilização e logística e equipe de gestão).

As atividades do Ciclo Solidário foram mantidas, considerando como público-alvo as 45 famílias em situação de vulnerabilidade identificadas no ano anterior. A parceria com a Responsabilidade Social da Petrobras permitiu a distribuição de quatro parcelas do cartão alimentação, no valor de R\$120 (abril, maio e duas parcelas em dezembro) e duas parcelas do gás liquefeito de petróleo -GLP (junho e julho). A ação possibilitou o atendimento de participantes do projeto NEA-BC que se encontravam em situação de vulnerabilidade, fortalecendo a atuação destes no GGL e no controle social municipal.

Os resultados relativos ao **objetivo 2** buscaram fortalecer os Núcleos Operacionais tornando-os acessíveis e integrados à comunidade. Durante o período, a realização das atividades de manutenção dos Núcleos Operacionais, a produção e divulgação de um curta-metragem, a disponibilização de 13 acervos de livros e um computador com acesso à internet para fomentar a pesquisa sobre políticas públicas foram retomadas, com destaque para mudança de Núcleo Operacional em Macaé e manutenções de equipamentos.

Quando da retomada das atividades presenciais, muitos Núcleos mantiveram-se no modelo híbrido, em respeito às diferentes demandas dos comunitários em relação à saúde e ao distanciamento social. Mesmo que pouco utilizado, o modelo ainda permanece à disposição dos comunitários que necessitam. As visitas ao espaço do NO também foram retomadas e chegaram ao total de 528.

O curta-metragem, cujo roteiro prévio foi aprovado pela Petrobras e pelo IBAMA (Parecer Técnico nº 332/2018- COPROD/CGMAC/DILIC), encontra-se em fase de planejamento e cotação.

Acerca da criação/atualização e disponibilização de arquivos de memória com ações e saberes dos GGLs, os 13 municípios possuem o arquivo para registro das trajetórias percorridas pelos Grupos Gestores Locais até então, assim como o conhecimento acumulado ao longo desse percurso. As 34 atualizações realizadas no período contaram com materiais em plataformas on-line como *Genially*, acervo físico em formato de *book* fotográfico, sites e vídeos. Os GGLs de Macaé, Rio das Ostras, Araruama, Arraial do Cabo, Saquarema, São Francisco de Itabapoana, Casimiro de Abreu e Quissamã optaram pela construção de um material aberto também para o público externo ao projeto de forma que as atividades possam ser divulgadas.

A mobilização da comunidade para as atividades do projeto ocorreu por meio das plataformas digitais e do corpo a corpo, considerando as demandas e o público a ser alcançado. Nas plataformas digitais, a comunicação ocorreu mediante postagens de notícias, materiais informativos e vídeos no Instagram, Facebook e site da Associação Raízes. O ano III contou com 43 publicações com essa finalidade. Para alcançar esse quantitativo foram produzidos dois vídeos e elaboradas 41 notícias que contaram com a convocação das comunidades para participar do projeto, por meio da publicização das agendas mensais, convites para os encontros de acolhida, divulgação de atividades do poder público, como audiências públicas e eventos, e convites para participação nas atividades do projeto, como cineclubes e oficinas. Foram realizadas ainda nove mobilizações direcionadas às atividades do Pró-Lideranças.

As atividades do projeto foram acessadas por meio das redes sociais, com aumento significativo de seguidores e acessos quando comparado a períodos anteriores. Em relação à visitação das redes sociais do projeto, no Facebook foram alcançadas 20.230 pessoas no período analisado; a rede possuía 2.574 seguidores em março de 2020 e 2.912 em dezembro de 2022, apresentando um aumento de 338 seguidores. No Instagram, em fevereiro de 2021 existiam 830

seguidores e em dezembro de 2022 o número subiu para 1.434, um aumento significativo desde o início da fase. O site da Associação Raízes teve 15.841 visualizações, feitas por 13.197 usuários. Dentre as páginas mais visitadas no site estavam informações sobre o projeto NEA-BC, sobre a Associação Raízes, as oportunidades de trabalho e as inscrições para o Pró-Lideranças IV.

A participação nas atividades formativas, de representação e de controle social do projeto teve interferência direta com o retorno das atividades presenciais, visto que em janeiro de 2022, 97 pessoas participaram do projeto, enquanto que em dezembro, foram 185. A rotatividade entre os comunitários é alta e contou com a saída/afastamento de 18 comunitários e a chegada de 100 novos participantes ou pessoas que regressaram às atividades, oriundas de convites dos demais GGLs e da equipe. Importa considerar ainda os comunitários ingressos a partir do Pró-Lideranças, os quais as informações serão apresentadas de forma mais detalhada no próximo objetivo.

No que diz respeito ao **objetivo 3**, foram realizadas atividades de formação, tanto para os Grupos Gestores Locais (mapeamentos, grupos de estudo e grupos de trabalho) como envolvendo o público externo (formações abertas, de acolhida e elaboração e divulgação de peças de educomunicação).

As reuniões de GGL proporcionaram o alinhamento de informações, devolutivas das atividades executadas, planejamento das próximas ações e definição de estratégias de atuação nos espaços de representação e participação, de diálogo com o poder público e intervenção em políticas públicas municipais, bem como as devolutivas das ações empreendidas pelos bolsistas. Todos os municípios realizaram reuniões de GGL, numa média de 16 atividades mensais e 211 encontros no total.

A construção coletiva das atividades aconteceu ainda por meio da troca e disseminação de conhecimento nos grupos de trabalho - GT, cujo objetivo é construir, planejar e organizar de forma coletiva as ações do GGL. Essas atividades, realizadas em todos os municípios ao longo do ano, abrangeram temáticas e objetivos variados distribuídos a partir das propostas deliberadas nas reuniões de GGL em consonância com as atividades dos respectivos planos de

trabalhos. As temáticas e quantitativo de atividades dos GTs foram: um encontro de preparação de articulação entre PEAs e demais instituições para organização de atividade coletiva; uma reunião de avaliação das atividades do ano/fase; duas reuniões para debater as atividades e orçamento dos planos de trabalho; duas atividades para monitorar a aplicação das legislações socioespaciais de acordo com os impactos da cadeia da indústria do petróleo; duas para monitorar e divulgar o orçamento público; três encontros temáticos para abordar as políticas públicas da juventude; três atividades de alinhamento de estratégias para realizar diálogo com o poder público; quatro para atualizar os arquivos de memória; quatro reuniões para escolha e planejamento de intercâmbios; seis reuniões para elaboração de propostas de intervenção em políticas públicas; nove encontros de alinhamento de estratégias para participação e cinco de representação, considerando para isso a atuação nos conselhos municipais de meio ambiente e juventude, tribuna livre da sessão da câmara, audiências públicas, diálogo com poder público e fóruns; nove encontros para atualização dos dossiês das ações de incidência política; nove encontros para planejamento de mobilização nas comunidades e nos meios de comunicação para participação nas atividades dos GGLs, 16 reuniões para organizar/planejar as formações abertas à comunidade, como rodas de conversa, cines, encontros educativos e seminários; 40 para elaboração de materiais informativos, como boletim, *podcast*, vídeo, *folder* e infográfico; e 53 encontros para produzir notícias acerca das atividades de controle social e incidência política. Ao todo, aconteceram 169 grupos de trabalho, numa média de 13 encontros por mês, o que denota sua importância estratégica para organização dos grupos e sistematização de suas demandas. Em comparativo com outros períodos, o número representa um aumento de 125% em relação ao ano I e 42% em relação ao ano II, quando foram realizadas 52 e 117 atividades, respectivamente.

Fomentar o aprofundamento do conhecimento sobre um determinado tema aconteceu a partir dos grupos de estudo - GE, num total de 15 atividades, nos Núcleos Operacionais de Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã e Rio das Ostras, com a análise de documentos técnicos e

qualificação para as ações de participação e controle social. Acerca dos documentos ligados aos órgãos colegiados, destaca-se o estudo sobre a composição do Conselho de Meio Ambiente e sua organização, em Araruama e Cabo Frio; análises de seus regimentos internos, em Cabo Frio e Macaé; estudo sobre Lei do Fundo Ambiental de Macaé e editais de convocação para compor esse mesmo espaço, em Armação dos Búzios. Especificamente às legislações socioespaciais, os GGLs estudaram seus planos diretores em Arraial do Cabo e Quissamã; Plano Municipal de Saneamento básico em Araruama; EIA/RIMA da Usina Termelétrica -UTE Barra do Furado, em Quissamã; análise do Termo de Ajustamento de Conduta -TAC de Costazul, referente à supressão de vegetação de restinga na orla; e estudo sobre a implementação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, em Rio das Ostras.

As formações aconteceram também por meio das oficinas temáticas, que totalizaram cinco atividades. Essa metodologia foi utilizada pelos GGLs de Campos dos Goytacazes, com a realização de oficina de *Power Bi*; Casimiro de Abreu e Saquarema com a finalidade de capacitar os grupos para atuação no orçamento público; e em São João da Barra, onde os GGLs puderam se inteirar sobre as técnicas de fotografia, a fim de contribuir para o diagnóstico das questões socioespaciais.

A Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico realizou três atividades a fim deliberar sobre as ações no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ), mediante análise de informações, elaboração de propostas e estratégias de atuação nas reuniões virtuais de câmaras técnicas, subcomitês e a própria plenária do comitê.

A meta elencada para as atividades formativas aplicadas aos membros dos Grupos Gestores Locais era de 156 formações ao longo da IV Fase, número superado em todos os anos, visto que apenas no ano III, foram realizadas 403 atividades, 258% acima da meta. É importante considerar ainda que essas atividades deram subsídios às ações que serão apresentadas a seguir e fomentaram o conhecimento e articulação entre os grupos.

As formações abertas à comunidade, num total de 29 atividades, promoveram cineclubes/debates, encontros educativos e rodas de conversa, superando a meta estipulada para o período, que era de 13 atividades. Realizadas já na modalidade presencial, as formações aconteceram nos Núcleos Operacionais de: Araruama, com a realização de um cine sobre participação social e juventude, dois encontros educativos com alunos do ensino médio da rede pública para abordar questões sobre educação ambiental e protagonismo juvenil e uma oficina sobre orçamento público; Armação dos Búzios, com a realização de sete cineclubes sobre diferentes políticas públicas ligadas ao território, um encontro educativo com a mesma finalidade e o seminário para abordar a revisão do Plano Diretor e contribuir com a sua consecução; Arraial do Cabo, com a realização de encontro educativo para construção de cartografia social; Cabo Frio com a realização de roda de conversa para tratar das políticas públicas de juventude; Carapebus com a realização de dois cines, o primeiro para debater sobre a importância do Plano Diretor e o segundo para tratar das políticas públicas para população em vulnerabilidade social; Casimiro de Abreu também realizou um cine para tratar das políticas públicas de saneamento, com destaque para o esgotamento sanitário; Macaé, com a realização de dois encontros educativos, um com a comunidade em geral para compartilhar conhecimentos sobre o orçamento público e o outro com alunos da rede pública de ensino para abordar conceitos ligados à organização comunitária e o bem comum, uma roda de conversa sobre saneamento básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos e um cine para debater sobre o direito à água e a participação social na gestão de recursos hídricos; Rio das Ostras, com a aplicação de um encontro educativo na rede pública de ensino para tratar sobre a temática da juventude e cidadania e um cine para debater o direito ao território; São Francisco de Itabapoana realizou quatro cines para abordar a mobilidade urbana e a implementação de novos empreendimentos no município e seus impactos; e por fim, Saquarema, que aplicou um encontro educativo com estudantes da rede pública para falar sobre participação e controle social. À exceção de duas atividades que aconteceram

no formato híbrido, todas as demais foram realizadas presencialmente e contaram com a participação de 263 pessoas.

A formação de acolhida tem como objetivo apresentar e contextualizar o projeto NEA-BC junto aos novos integrantes do Grupo Gestor Local, reingressos ou interessados em conhecer o mesmo. Para tanto, foram realizadas sete atividades nos Núcleos de Araruama, Armação dos Búzios, Quissamã e Saquarema, que contaram com a participação de 38 pessoas.

Os intercâmbios de aprendizagem e troca de experiências aconteceram no total de 18 atividades, nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e Saquarema para conhecer as experiências exitosas em políticas públicas realizadas em outros municípios, congressos e eventos sobre políticas públicas setoriais como mobilidade urbana, visitas a unidades de conservação, estações de tratamento de esgoto e água como forma de fortalecer suas ações nesses setores. Aconteceu ainda, em âmbito regional, a representação nos Comitês de Bacias hidrográficas, a partir do ECOB.

Acerca da elaboração de material informativo para disseminação de conhecimento, foram produzidas 15 peças de comunicação, em formatos variados como infográficos, cartilhas, boletins, vídeos, carrossel e *cards* sobre juventude, participação e controle social, saneamento básico, mobilidade urbana e recursos hídricos.

A atuação do projeto na Linha de Ação C da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010 a partir da IV Fase introduziu ações relacionadas diretamente ao estudo e à atuação nas questões socioespaciais dos municípios, como o mapeamento das legislações que interferem nas questões socioespaciais e os grupos de estudo sobre a Linha de Ação C e as legislações mapeadas. Referente ao mapeamento das legislações socioespaciais, foram realizadas quatro atividades em Quissamã, duas em Saquarema e uma em Carapebus para atualização, debate e deliberação junto aos GGLs. Já os grupos de estudo sobre a Linha de Ação C contaram com nove encontros, todos para

análise do Plano Diretor e/ou suas legislações associadas, como a Lei de Zoneamento Urbano.

O Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças IV (Pró-Lideranças IV) tem por premissa fortalecer as ações de participação comunitária na gestão ambiental pública e nessa fase, estão sendo abordadas as ações sobre o uso e ocupação do solo, principalmente aquelas decorrentes dos impactos da cadeia do petróleo e gás natural, em escalas local e regional. Os 11 Encontros de Aprendizagem (EA) da etapa local vêm sendo realizados nos municípios conforme apresenta o quadro 1. O início das atividades contou com a divisão dos municípios em dois grupos, o primeiro deles com início das atividades em agosto de 2022 e o segundo em outubro. Até o final desse mesmo ano, foram realizados ao menos dois encontros em cada município.

Quadro 3 - Número de encontros por município até dezembro de 2022

Município	Data
Araruama	EA1- 12/11/22; EA2- 26/11/22; EA3- 10/12/22.
Armação dos Búzios	EA1- 09/11/22; EA2- 23/11/22; EA3- 07/12/22.
Arraial do Cabo	EA1- 12/11/22; EA2- 26/11/22; EA3- 10/12/22.
Cabo Frio	EA1- 03/09/22; EA2- 17/09/22; EA3- 01/10/22; EA4- 15/10/22; EA5- 29/10/22; EA6- 12/11/22; EA7- 26/11/22; Visita técnica - 03/12/22; EA8- 10/12/22.
Campos	EA1- 28/08/22; EA2- 25/09/22; EA3- 09/10/22; EA4- 23/10/22; EA5- 06/11/22; EA6- 04/12/22.
Carapebus	EA1- 23/08/22; EA2- 06/09/22; EA3- 20/09/22; EA4- 04/10/22; EA5- 18/10/22; EA6- 01/11/22; Visita técnica - 19/11/22; EA7- 29/11/22.
Casimiro de Abreu	EA1- 25/10/22; EA2- 10/11/22; EA3- 08/12/22.
Macaé	EA1- 19/11/22; EA2- 17/12/22.
Quissamã	EA1- 22/10/22; EA2- 19/11/22; EA3- 17/12/22.
Rio das Ostras	EA1- 03/09/22; EA2- 17/09/22; EA3- 01/10/22; EA4- 15/10/22; EA5- 29/10/22; EA6- 12/11/22; EA7- 26/11/22; EA8- 10/12/22.

Município	Data
São Francisco de Itabapoana	EA1- 27/08/22; EA2- 10/09/22; EA3- 24/09/22; EA4- 08/10/22 EA5- 22/10/22; EA6- 05/11/22; EA7- 19/11/22; Visita técnica- 26/11/22; EA8- 17/12/22.
São João da Barra	EA1- 29/08/22; EA2- 12/09/22; EA3- 26/09/22; EA4- 10/10/22 EA5- 24/10/22; EA6- 07/11/22; EA7- 21/11/22; EA8- 19/12/22.
Saquarema	EA1- 05/11/22; EA2- 19/11/22; EA3- 17/12/22.

A etapa regional, composta por dois encontros de jovens, dois de adultos e um intergeracional, está prevista para ocorrer no ano IV.

A implementação do Pró-Lideranças IV dispôs de formulação da proposta pedagógica, elaboração de planos de ensino, mobilização, elaboração de materiais de divulgação, como panfletos, cartazes, notícias e vídeos, elaboração de indicadores e sistema de monitoramento e avaliação do mesmo, lista de frequência, lista de presença, fotografias e mapas interativos, reuniões de planejamento, alinhamento com a equipe e busca por profissionais adequados à aplicação de cada tema, em consonância com a proposta do projeto. A fase de execução, além da análise e revisão dos planos de ensino e reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação, contou com ricos debates.

Os EAs dividiram-se em três eixos temáticos, o primeiro deles sobre educação ambiental e políticas públicas. Nesse eixo estão o EA 1, que promoveu o debate sobre educação ambiental e lideranças comunitárias, permitindo a identificação desses no território, sua atuação assim como de instituições que abordam a temática; e o EA 2, que tratou do conceito de políticas públicas, sua formulação e implicação para as realidades de cada município, assim como os caminhos para intervenção social.

No eixo II, políticas socioespaciais e ambientais, o foco é o planejamento e desenvolvimento do território, a partir do qual o EA3 trouxe o histórico da formação socioespacial do Brasil, e principalmente do município em atividade, relacionando-o aos ciclos econômicos, conflitos e distribuição socioespacial dos diversos grupos sociais pelo território. A diversidade de culturas, identidades e

perspectiva do território foram o tema do EA4, onde os participantes trouxeram elementos de sua região e conheceram um pouco de suas histórias e da pressão do sistema sobre estas. A perda das memórias e identidades regionais e locais marcou o debate realizado na atividade. Durante o EA5, discutiu-se os conceitos de gestão socioespacial, por meio da análise das legislações relacionadas à organização socioespacial, como o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Zoneamento, códigos e legislações do licenciamento ambiental, gestão das águas, zona costeira, Unidades de Conservação, Código Florestal, entre outros. O EA6 contou com o passo a passo para um bom planejamento do município, com o manuseio de diferentes bases de dados para análise da realidade local e avaliação de políticas públicas.

Os EA7 e 8 são conteúdos do eixo III, referentes ao controle social e incidência política, com a finalidade de contribuir com diferentes formas de intervenção e controle social, que contaram com a formação sobre gestão participativa e controle social (EA7) e o processo de formação e funcionamento de conselhos municipais, suas finalidades e atribuições (EA8).

O processo de mobilização contribuiu com a realização de 647 pré-inscrições para participar do programa, incluindo GGLs e outros comunitários, processo que se confirmou após o EA1, com 254 participantes inscritos, com uma média de participação de 21 pessoas no EA1. Um dos objetivos do Pró-Lideranças é mobilizar a comunidade para atuar no GGL, contribuindo com um aumento de 18% dos comunitários que integram o projeto.

Em relação aos resultados da formação, a abordagem do território permitiu à comunidade identificar algumas transformações oriundas dos impactos da cadeia do petróleo e gás natural, tais como: alteração no comportamento econômico; modificação no mercado de trabalho; alterações no meio ambiente; aumento da especulação imobiliária; mudança nas relações políticas e sociais das associações de moradores; alteração no cotidiano da população; aumento da percepção de riscos e acidentes nas áreas próximas das faixas dos dutos; ocupação irregular do solo; crescimento desordenado e aumento populacional; má aplicação dos recursos públicos; desigualdade de

renda e poluição do Canal Campos-Macaé. Esses dados são resultados da percepção das comunidades e contribuirão com as análises do diagnóstico supracitado.

Importa destacar que os grupos demandaram a realização de visitas técnicas, a partir dos debates dos EAs, para conhecer e reconhecer seus territórios, identidades e particularidades.

O **objetivo 4** compreende ações de participação social e incidência política, por meio do diálogo entre a comunidade e o poder público, a fim de contribuir com a construção de pautas relacionadas à gestão socioespacial do território. Para esse fim, os Grupos Gestores Locais executaram 434 atividades, com a elaboração/atualização de dossiês das ações acerca das políticas públicas; notícias sobre as atividades de controle social e incidência política; monitoramentos e divulgações do orçamento público; peças de comunicação sobre as políticas públicas; ações conjuntas com instituições, movimentos sociais e demais PEAs voltados para acompanhamento, monitoramento e incidência política; participações e representações em espaços de controle social; reuniões com o poder público; monitoramentos sobre a aplicação das legislações socioespaciais de acordo com as políticas públicas prioritárias e os impactos da cadeia da indústria do petróleo; e participações em revisões do Plano Diretor.

Os dossiês, registro da atuação dos GGLs na gestão ambiental pública, dão subsídio aos grupos na tomada de decisão quanto à participação social, representações e envio de propostas. Todos os municípios possuem dossiê e 11 municípios fizeram sua atualização ao longo do ano III, num total de 28 atividades, referentes aos temas saneamento básico, Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Saúde, Plano Diretor, estratégias de incidência política e demais ações do GGL.

Com relação à produção de notícias sobre as ações de controle social e incidência política, o período contou com 55 publicações com conteúdo relativo às políticas públicas prioritárias e/ou legislação urbanística, bem como atuações dos GGLs para suas alterações; as intervenções e conquistas nos espaços de

controle social/colegiados; as incidências políticas realizadas; as estratégias de controle social exercidas pelos GGLs; as atualizações e propostas sobre o Plano Diretor e o monitoramento e funções dos poderes Executivo e Legislativo.

A partir do monitoramento do orçamento público, os grupos têm identificado as movimentações e execuções relacionadas às políticas públicas prioritárias, o acompanhamento dos programas e ações, as metas e os gastos públicos. O acompanhamento do orçamento público gerou ainda materiais de divulgação como notícias de revisão, monitoramento e divulgação do orçamento público nos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana. As informações foram coletadas nos Portais da Transparência, Diário Oficial e nos sites das câmaras e prefeituras municipais contribuindo com a realização de 37 monitoramentos e 11 divulgações sobre o orçamento público.

Uma outra importante forma de acompanhar e monitorar as políticas públicas, assim como propor melhorias, foram as articulações com PEAs e instituições da sociedade civil, num montante de 31 atividades. As ações em conjunto com os PEAs Foco Perenco, Territórios do Petróleo, Pescarte, Rede Observação e Quipea aconteceram em todos os municípios, com exceção de Araruama e Saquarema, que não possuem esses projetos em seus territórios.

As articulações entre os PEAs diferenciam-se de um município para o outro e contaram com reuniões de planejamento (por vezes aconteceu apenas entre as equipes), grupos de estudo e grupos de trabalho, bem como oficinas sobre as temáticas do orçamento público, licenciamento ambiental, Plano Diretor e atuação nos espaços de controle social. Um dos principais resultados dessas articulações foi a solicitação ao poder público para a criação do Conselho do Orçamento Participativo em Arraial do Cabo e em Casimiro de Abreu.

Quanto à articulação com instituições da sociedade civil, realizou-se duas atividades, uma delas em Saquarema para discutir ações sobre o sistema lagunar dentro do Subcomitê de Saquarema, incluindo a realização de visita técnica; e a outra entre os membros do GGL de Macaé e instituições da sociedade civil para discutir as políticas públicas da juventude e para tratar do projeto de coleta seletiva solidária.

A respeito das participações em espaços de controle social, o período contou com 91 atividades que possibilitaram o diálogo entre sociedade civil e poder público, oportunidades de intervenção e apresentação de propostas para melhoria das políticas públicas. Sua distribuição se deu da seguinte forma: uma Assembleia de eleição; uma conferência de meio ambiente; uma consulta pública para construção de área de proteção ambiental; uma roda de conversa; uma feira técnica; um grupo de trabalho sobre juventude; duas oficinas para tratar do parque da cidade e uma sobre o plano de mobilidade urbana; três câmaras técnicas para revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS); três reuniões públicas; em três municípios ocorreram as semanas de meio ambiente, e em um, a semana de Pacto pela Juventude; uma inauguração da casa de educação ambiental; dois seminários, sendo um sobre sistema de outorga e o outro sobre gênero, água e saneamento em bacias hidrográficas; quatro fóruns (eleição, cultura, água e turismo); quatro sessões da Câmara Municipal de Vereadores para monitorar os atos do legislativo; 25 reuniões dos conselhos e comitês; e 36 audiências públicas, sendo uma delas sobre unidades de conservação, duas delas ligadas à mobilidade urbana, duas para revisão do Plano Diretor, duas para prestação de contas da saúde, três sobre saneamento, quatro sobre licenciamento ambiental, quatro para revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e 18 para debater as leis orçamentárias da LOA e LDO.

Acerca das representações, espaços que dão direito à participação com voz e voto, a Associação Raízes encerrou o ano III com 36 assentos, 29 deles em nível municipal e sete em nível regional. As novas representações aconteceram nos Conselhos de Meio Ambiente em Armação dos Búzios, a inclusão no grupo de trabalho para Construção do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e na Conferência Municipal de Meio Ambiente, ambos em Rio das Ostras.

As reuniões de representação contaram com debates, estudos técnicos e construção de políticas públicas por meio da apresentação de propostas e monitoramento da execução de políticas públicas, somando 172 atividades. As representações dividiram-se entre reuniões dos conselhos municipais, sendo 64

delas de meio ambiente, 24 para saúde, oito de juventude, cinco no Conselho da Cidade, quatro de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - CAS-FUNDEB e uma no Conselho da Pessoa Idosa, Conselho de Políticas Culturais e no Conselho de Urbanismo. Nos comitês, foram 13 reuniões no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBHBPS; 16 no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João; e 13 no Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Macaé e das Ostras - CBHMO. Já nas unidades de conservação como o Conselho Consultivo da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba foram duas atividades, enquanto no Parque Estadual da Costa do Sol - PECSOL e Parque Estadual da Lagoa do Açu – PELAG foram seis reuniões, respectivamente. As representações pontuais em espaços deliberativos foram: duas atividades da oficina participativa de diagnóstico do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos de Rio das Ostras, duas reuniões da Conferência de Meio Ambiente, duas do Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas - ECOB 2022, uma no Projeto Orla e uma na Comissão de Saneamento Básico.

As intervenções nas políticas públicas se deram ainda por meio do diálogo com o poder público, nas figuras de secretários e/ou representantes das secretarias de meio ambiente, transporte, segurança pública e trânsito, mobilidade urbana, turismo, assistência social, infraestrutura, planejamento urbano, transparência e controle, agricultura e pesca e entidades públicas como a concessionária de serviços de iluminação pública e vereadores. Ao todo, foram 19 encontros que, além de promover debates, apresentaram 11 propostas de incidência política.

Com foco na Linha de Ação C da Nota Técnica do Ibama, foram realizados 20 monitoramentos da aplicação das legislações socioespaciais de acordo com as políticas públicas prioritárias dos Grupos Gestores Locais e os impactos da cadeia da indústria do petróleo, que envolveram os planos diretores e aspectos relacionados às políticas públicas prioritárias dos GGLs, planos municipais de saneamento básico, Lei de Perímetros Urbanos, Lei Orgânica, Plano de

Habitação e Interesse Social, Lei de Zoneamento, Código Tributário e Lei da Transparência, entre outros.

Quanto à participação nos processos de revisão dos planos diretores, essa vem sendo incorporada às atividades de representação com assentos em conselhos específicos para o tema ou abordando as legislações socioespaciais, em especial o Plano Diretor, junto aos espaços colegiados que permitam um diálogo transversal à temática. Outra atividade que permite essa ação é o diálogo com o poder público, que para além de propor revisões/alterações, requer a criação de um espaço destinado à temática como acontece em Arraial do Cabo e em Cabo Frio.

Ao todo, foram apresentadas 86 propostas de melhorias das políticas públicas, abrangendo os temas transparência pública, políticas para juventude, realização de conferência municipal, políticas públicas de meio ambiente e educação ambiental, visitas técnicas e propostas para o saneamento básico, alteração e proposições para os regimentais dos conselhos municipais, propostas ao orçamento público municipal, realização de audiências públicas, proposta construção de parque municipal e retomada das atividades dos conselhos inativos. Do total de propostas apresentadas, 35 foram aprovadas e 11 executadas. Além disso, foram aprovadas e executadas mais duas propostas, encaminhadas no ano II desta fase.

Para além dos resultados do projeto NEA-BC, as intervenções da sociedade civil nas políticas públicas municipais geram um impacto em suas comunidades quando promovem mudanças que afetam a todos, como a implementação do orçamento participativo, publicização de informações, alteração regimental, questionamento de processo eleitoral ilegítimo e alteração das legislações socioespaciais. Dessa forma, a participação social dos Grupos Gestores Locais tem promovido o acesso da comunidade às políticas públicas.

08 – Cronograma físico-financeiro

Anexo III – Relatório Físico-Financeiro

09 – Considerações Finais

Durante o Ano III da IV Fase do projeto NEA-BC foram realizadas 1.085 atividades, entre reuniões de GGL, formações para acolhida de novos participantes, grupos de estudo e de trabalho, formações abertas à comunidade, por meio de encontros educativos, cines, oficinas, participação e representação em espaços colegiados, como audiências públicas, conselhos gestores municipais e comitês de bacia hidrográfica, reuniões com o poder público para apresentação de propostas de melhorias de políticas públicas, monitoramento e divulgação do orçamento público, mapeamento das legislações que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município, participação nos processos de revisão de planos diretores municipais e ações conjuntas com instituições e demais PEAs voltadas para acompanhamento, monitoramento e incidência política.


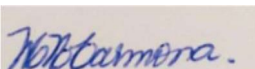
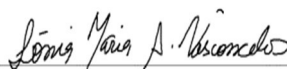
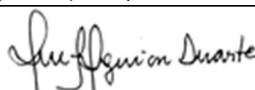
Destacam-se no período, a retomada das atividades presenciais que contribuíram para o retorno dos sujeitos da ação educativa aos Núcleos Operacionais e às atividades de controle social e incidência política sobre o uso e ocupação do solo. Neste sentido, as atividades educativas (diagnósticas, formativas e interventivas) voltaram-se para a mitigação dos impactos sobre as questões socioespaciais.

Denota-se o amadurecimento dos GGLs, de diferentes formas em seus respectivos municípios, na articulação entre os impactos da indústria da cadeia de petróleo e gás sobre o uso e ocupação do solo e a incidência sobre as questões socioespaciais, e ainda, o fortalecimento do processo de debate regional estimulado na etapa regional do Pró-Lideranças.


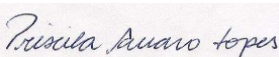




Assim, os GGLs, com a mediação da equipe, mapearam as legislações, aprofundaram os conhecimentos acerca das realidades locais e das políticas públicas socioespaciais, bem como exerceram o controle social nos espaços colegiados e em audiências públicas com a apresentação de propostas de melhorias aos planos diretores e em políticas públicas setoriais.

10- Responsáveis pelo Projeto

Petrobras

Nome	Empresa	Função	Assinatura
Cristina Guerreiro	Petrobras	Gerente	
Graziela Oliveira	Petrobras	Engenheira Ambiental	
Marjorie Carmona	Bureau Veritas	Analista em Comunicação Social	
Sônia Vasconcelos	Bureau Veritas	Analista em Comunicação Social	
Antônia Duarte	Bureau Veritas	Analista em Comunicação Social	

NEA-BC

NOME	ÁREA PROFISSIONAL	CONSELH O REGIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Sandra Rangel de Souza Miscali	Assistente social	CRESS 15517	6235906	
Priscila Amaro Lopes	Bióloga	CRBio 71553/02	5249831	
Dagma Ferreira Pontes	Comunicadora Social	-	8264394	
Fernanda Santos	Advogada	OAB/RJ 176.573	7257644	
Fabiana Reis	Historiadora	-	7255621	
Isroberta Rosa Araujo	Cientista Social	-	623939-3	
Willian Batista	Geógrafo	-	7813788	